



Processo n. 2022000951

Interessado: Secretaria de Desenvolvimento Econ mico, Científico
Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irriga o.

Assunto: Relatórios de Análise de Execu o - 1  Semestre de 2018 -SED.

RELATÓRIO

O presente processo trata de relatórios de análise da execu o, no período de janeiro a junho de 2018, dos contratos de gestão que transferem a organiza es sociais a gestão de unidades do Sistema Estadual de Educa o Profissional, Científica e Tecnológica do Estado de Goiás, encaminhados a este Parlamento nos termos do   3  do art. 10 da Lei n. 15.503, de 28 de dezembro de 2005.

O presente processo abarca as seguintes entidades: Centro de Gestão em Educa o Continuada – CEGECON (Contrato de Gestão n. 02/2017-SED); Funda o Antares de Ensino Superior, Pós-Gradua o, Pesquisa e Extensão – FAESPE (Contrato de Gestão n. 05/2017-SED); e Instituto Reger de Educa o, Cultura e Tecnologia – REGER (Contrato de Gestão n. 01/2017-SED).

Como titular do controle externo (art. 25 da Constitui o Estadual), a Assembleia Legislativa recebe relatórios de acompanhamento e avalia o da execu o com a finalidade de deles tomar conhecimento e, se necessário, atuar em casos de irregularidades ou ilegalidades, com vistas a proteger os recursos públicos de malversa es por qualquer pessoa física ou jurídica que os maneje.

A lei estadual que dispõe sobre a qualifica o de entidades como organiza es sociais estaduais e que regulamenta seu funcionamento   a Lei n. 15.503, de 2005, e determina que:

Art. 11 Os responsáveis pela fiscaliza o da execu o do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer

irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos públicos por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado e à Assembleia Legislativa, sob pena de responsabilidade solidária.



Além desse dever constitucional e legal de fiscalizar, consideramos que o efetivo exercício do controle externo aproxima a Casa Legislativa do cidadão, na medida em que, na atuação como fiscalizador, o povo percebe no Poder Legislativo uma instituição aliada que irá garantir o bom uso dos recursos públicos e, em consequência, viabilizar a prestação de serviços públicos com melhor qualidade.

Por outro lado, a omissão em desempenhar o papel de controle externo gera no seio social insatisfação quanto ao Parlamento.

Nesse sentido, mostra-se de extrema relevância o fortalecimento e o aprimoramento da função de fiscalização exercida pelo Poder Legislativo, com o fito sobretudo de fazer cumprir os limites legais impostos para a gestão da coisa pública.

Portanto, impende registrar que, no Estado Democrático de Direito, os controles são instituídos para defender os interesses da coletividade, sempre em consonância com as determinações do ordenamento jurídico. E a instituição mais apta e com maior legitimidade para o exercício dessa função de controle é o Parlamento, que contém os representantes do povo democraticamente eleitos.

No presente caso, constam dos relatórios que, o CEGECON e a FAESPE cumpriram parcialmente a meta quantitativa (p. 8-12 e 58) e totalmente a meta qualitativa (p. 28 e 58). Já o REGER cumpriu totalmente as metas quantitativa (p. 87) e qualitativa (p. 88). Por outro lado, os relatórios também informam que os repasses de recursos financeiros às entidades não foram feitos em sua integralidade tempestivamente (p. 20, 51 e 81).

Por fim, observo que as contas anuais das organizações sociais são objeto de análise pelo Tribunal de Contas do Estado, no bojo da prestação de contas anual do órgão supervisor (art. 6º, Resolução Normativa n. 13, de 2017), e destaco que, além do longo tempo transcorrido desde a execução contratual até a presente data, os contratos de gestão atualmente encontram-se encerrados.



Diante disso, manifesto-me, nesta Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, pelo **arquivamento** dos presentes autos, levando-se antes, ao conhecimento e apreciação dos Pares.

É o relatório.

Sala das Comissões, 15 de 03 de 2023.

Wagner Camargo
DEPUTADO
RELATOR